

Ser transgênero como prática social e a interseccionalidade como método de pesquisa: um trançado possível

Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira¹
Amana Rocha Mattos²

Resumo: A presente pesquisa visa apresentar o caminho metodológico construído em um processo de doutoramento, tendo o feminismo negro interseccional como aporte teórico condutor. Esta escrita emerge como uma tentativa de engendrar e defrontar os limites e os percalços de uma pesquisa qualitativa na Psicologia social. Neste artigo, buscamos refletir sobre a construção da interseccionalidade como prática social, teoria e método no Brasil, tomando como objeto de análise alguns registros históricos que evidenciam o trabalho das mulheres negras transgêneras no país, em diálogo com as teorizações de Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins e outras intelectuais do campo acadêmico. A Trança feita neste texto propõe a construção de um alinhamento entre teoria e prática social crítica no que tange à epistemologia feminista negra brasileira. Como resultado dessa pesquisa, encontramos, nos fios da interseccionalidade, pontos de convergência entre teorizações acadêmicas e o trabalho de mulheres negras transgêneras, bem como a compreensão do poder epistêmico, da sensibilidade analítica e o uso da metáfora, da heurística e da concepção paradigmática como estratégias metodológicas de um fazer-pesquisa interseccional.

Palavras-chave: Tranças; Transgêneras; Feminismo Negro; Interseccionalidade; Psicologia Social

¹ Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (DEGENER). E-mail: carolareias@yahoo.com.br. ORCID <https://orcid.org/0009-0009-2714-1616>.

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Instituto de Psicologia e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: amanamattos@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2890-5421>.

*Qual é o seu tronco
Qual sua raiz
Qual é o seu berço
Qual sua matriz
Cada galho
Cada ramo
Cada fruto de você
Está por vir
O que veio antes vai se repetir*

Trago – Porvir

Desenvolver uma pesquisa alicerçada na interseccionalidade como método, teoria e prática crítica, é compreender que o percurso pode assumir diferentes formas, pois a própria interseccionalidade está em constante processo de construção (Collins; Bilge, 2021). Como um modo de (des)embaraçar a complexa relação dialética entre opressão e o ativismo intelectual de mulheres negras dentro (e fora) da academia, construímos essa escrita inspiradas pelas contribuições de Collins e Bilge (2021) e conduzidas por alguns questionamentos feitos no decorrer da pesquisa, tais como: o que, afinal, é uma prática interseccional? E como aplicar a interseccionalidade como metodologia em uma pesquisa?

Essas perguntas não surgiram aleatoriamente. Foi no decorrer da própria pesquisa que pudemos questionar qual seria o melhor caminho a seguir para refletir sobre os objetivos que desejávamos alcançar. Além disso, percebemos o surgimento de inúmeras reflexões a respeito dos limites do campo da pesquisa. Com o intuito de lançar luz sobre esses tensionamentos e contribuir para a construção de um trançado possível, escrevemos este artigo.

Em diversos momentos, reconhecíamos o quanto a interseccionalidade poderia suscitar questões necessárias para a análise dos dados coletados, sobre os quais falaremos adiante. Pois, a interseccionalidade “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins; Bilge, 2021, p. 15). E, é sobre a relação de poder entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais resistentes que buscamos refletir, ao levantarmos a hipótese de que as transistas lidam constantemente com os

efeitos psicossociais do racismo por meio de sua ética de cuidado (Siqueira; Mattos, 2024b).

A nomenclatura *trancista* nasce como uma autodefinição das mulheres negras que confeccionam, preservam, desenvolvem a história e as técnicas da “árvore do trancismo” (Siqueira; Mattos, 2024b, p. 21) para diferentes públicos em território brasileiro. As Tranças têm sido preservadas e fortalecidas por mulheres negras por meio da ancestralidade oriunda da Améfrica Ladina (Gonzalez, 2020) e pela experiência histórica do comércio “trans*Atlântico” (Sharpe, 2023, p. 63) na diáspora africana em diferentes países. Cabe ressaltar que, atualmente, em grande parte do país, existe uma distinção entre a prática remunerada e não remunerada desse fazer. Chamamos de *trançadeiras* mulheres negras que são guardiãs e mantenedoras desse saber/fazer, que transmitem seus conhecimentos de geração a geração sem, necessariamente, exercerem esta atividade como ocupação profissional, mas sim como uma forma de autocuidado e cuidado entre pessoas negras. Assim, “afirmamos que, em suma, toda trançadeira pode se tornar uma trancista, nem toda trançadeira é uma trancista, mas toda trancista sempre será uma trançadeira” (Siqueira; Mattos, 2024a, p. 37).

À vista disso, o campo deste artigo emerge ao nos debruçarmos sobre as experiências e práticas das mulheres negras trancistas no Brasil, tendo como base a experiência de 20 anos vividos como trancista da primeira autora dessa artigo; o arcabouço histórico social encontrado através de canais de notícias, jornais, revistas eletrônicas e redes sociais públicas, tais como, TikTok, Instagram e Youtube, onde são registradas uma parcela das vivências das trancistas; além das pesquisas desenvolvidas sobre trançadeiras e trancistas disponibilizadas para acesso na plataforma Sucupira/Capes. Trata-se de uma investigação que tensiona as fronteiras entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais resistentes, ao focar os saberes subalternizados para questionar os efeitos da colonização e do racismo sobre corpos e subjetividades negras, bem como, as estratégias de sobrevivência germinadas em meio a dor da experiência de tais opressões. Tal tensionamento, nesta pesquisa, será evidenciado através da explicitação do processo de construção da metodologia em que buscamos, intencionalmente, identificar e implementar a manualidade e as técnicas do trançado, o

saber/fazer e a ética de cuidado da transgênero nas perguntas, na escrita, e nas ações para a pesquisa: *A Trança*.

Cientes de que o entendimento acadêmico é, por vezes, capturado pela supremacia branca (hooks, 2019) presente nesse espaço, para nos mantermos fiéis à apresentação dos fenômenos percebidos na experiência das transgêneras, acreditamos que a interseccionalidade nos forneceria as ferramentas necessárias para compreender que as afirmações das transgêneras seriam suficientes para evidenciar tais fenômenos do seu cotidiano e resguardar sua veracidade, uma vez que, para o feminismo negro, a experiência vivida é um critério de conhecimento válido (Collins, 2019).

Nossa aproximação com o campo, agora sobre o prisma da interseccionalidade como metodologia acadêmica, provocou diferentes afetações e conflitos a respeito dos lugares que ocupamos nesta escrita, os limites na relação transgênero-psicóloga-pesquisadora e, sobretudo, a respeito do poder que define o que é conhecimento válido.

Nesse sentido, este artigo propõe apresentar como foram tomadas as decisões metodológicas que orientaram os trançados desta pesquisa, bem como um novo olhar que busca ampliar a discussão sobre a prática social e metodológica no que tange à interseccionalidade no Brasil. Assim a seguir, analisaremos como a interseccionalidade tem sido desenvolvida no meio acadêmico como teoria e método, buscando por meio de exemplos encontrados no campo, articular tais teorizações à prática social das mulheres negras transgêneras, que também pode ser lida, como parte da construção da concepção de interseccionalidade no Brasil, ramificando-se como um modo trançado de se fazer pesquisa na academia.

O desenvolvimento da interseccionalidade como teoria e metodologia acadêmico-científica

Tem se tornando cada vez mais frequente ouvirmos a terminologia *feminismo interseccional* ou apenas *interseccionalidade* no meio acadêmico. Conforme registrado na literatura, esse campo foi construído e desenvolvido de forma expressiva como prática social crítica, teoria e metodologia por meio das reivindicações do feminismo negro, a

partir do enfrentamento das mulheres negras às opressões de gênero, raça e classe que vivenciavam. Com o intuito de abordar e contribuir com a forma como essa terminologia tem sido utilizada na academia, iniciamos essa seção reafirmamos o que diferentes intelectuais negras (Bairros, 1995; Carneiro, 2003; Collins, 2019) constantemente enfatizam em suas escritas: a mulher negra é o centro da interseccionalidade.

Destacar essa importante informação desde o início, aponta para a urgência de refletirmos, na academia, sobre os silenciamentos, esvaziamentos e capturas brancocêntricas promovidas nesse espaço no que diz respeito aos saberes desenvolvidos por pessoas negras. Uma faceta de como opera o racismo por omissão presente em grande parte das produções acadêmicas (Bueno, 2020). Acreditamos que a exclusão do termo “negro” do “feminismo interseccional” na academia, nada mais é, que a materialização que ratifica o latrocínio perpetrado pela lógica colonial presente nesse espaço, tal que, historicamente rouba e apaga as contribuições intelectuais de pessoas negras em diferentes áreas do conhecimento.

Em sua historicidade, como um movimento social protagonizado por mulheres negras, o feminismo negro começou a ganhar visibilidade em paralelo às reivindicações do Movimento Negro Unificado, na década de 1970, nos Estados Unidos, ressoando nas produções das pensadoras negras brasileiras a partir de 1980 (González, 2020; Bairros, 1995; Carneiro, 2003), apesar de já ter se manifestado muitos anos antes por meio de diferentes práticas e discursos – como o trancismo –, mostrando-se rastreável por meio de suas práticas (Garcia, 2022). As mulheres negras, cansadas de não terem suas particularidades reconhecidas enquanto coletivo, encontraram um caminho para refletir sobre as demandas que apresentavam ao feminismo hegemônico e ao movimento negro, mas que não eram reconhecidas como pautas importantes dentro desses movimentos (Collins, 2019).

Observando as intersecções presentes nas reivindicações desses movimentos, as mulheres negras passam a dar foco a essas questões, revelando o quanto determinados marcadores sociais da diferença podem contribuir para situações de opressão a diferentes pessoas simultaneamente, e que essas opressões devem ser analisadas em sua inter-relação nesses pontos de convergência (Collins, 2019). Por exemplo, enquanto as

mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres negras já eram exploradas em seus ambientes de trabalho e essa exploração se dava pelo racismo (Díaz-Benítez; Mattos, 2019).

A interseccionalidade, então, nasce do enfrentamento das mulheres negras feministas às opressões de gênero, raça e classe que vivenciavam. Hoje, sem abrir mão desse termo, diferentes feminismos disputam sua conceituação – embora ele tenha sido utilizado pela primeira vez pela feminista negra e jurista Kimberlé Crenshaw (Crenshaw, 1989) como uma metáfora para nomear os fenômenos observados em sua pesquisa: a interação e a agência de diferentes marcadores sociais simultaneamente. Diante da facticidade no histórico da interseccionalidade, cabe afirmar que uma análise que desconsidera a raça não deveria ser entendida como interseccional, uma vez que a mulher negra é o seu coração.

Para o feminismo negro, o gênero se coloca como uma produção de diferença que não existe separadamente de outras diferenças. Tendo em vista essa premissa, “as feministas negras estadunidenses deram a pensar e tentar oferecer respostas concretas para problemas concretos” (Díaz-Benítez; Mattos, 2019, p. 73). Entre as estratégias encontradas nas lutas concretas experienciadas, o deslocamento de se pensar a partir das margens — ou seja, pensar a partir da localização das vidas das mulheres mais marginalizadas — tem sido uma importante ferramenta para a inclusão e para uma visão mais ampla de justiça social. A margem, de acordo com Grada Kilomba (2019), deve ser vista como um espaço de resistência e possibilidade, sem romantizar o lugar de perda, privação e repressão que ela representa, mas como condição de resistência diante das opressões, como temos observado através do trabalho de mulheres negras transistas.

Trazendo para a realidade observada em campo, no que se refere aos entremeios metodológicos desta pesquisa sobre o lugar da margem e o feminismo negro interseccional, consideramos o fato de que é por meio do discurso produzido na academia que se sustentam os conhecimentos tidos como “verdade” instituída em nossa sociedade, enquanto saberes tradicionais e populares são frequentemente classificados como mitos ou senso comum (Collins, 2020).

Em uma análise interseccional do campo desta pesquisa, reconhecíamos que aquilo que era presenciado pelas transistas, mas não nomeado pela academia, poderia ser compreendido como efeitos psicossociais do racismo (CFP, 2017). Contudo, no meio acadêmico, não há quem esteja falando especificamente sobre essa realidade: a relação entre saúde mental e o transismo. Uma pesquisa empírica sobre o tema nos ajudaria a comprovar, no espaço acadêmico, aquilo que tem sido observado há muitos anos pelas transistas. Concordamos, assim, que, no seio das relações de poder impostas por uma sociedade estruturalmente racista, uma transista não seria ouvida ao proferir tais afirmações a partir de sua prática, revelando a presença do poder epistêmico (Collins, 2022).

Para refletirmos a respeito dos embaraços do poder epistêmico, consideramos que, ao afirmar os conhecimentos sobre o fazer de uma transista — por mais que se tenha buscado nos saberes acadêmicos um olhar para essa prática —, de modo geral, as pessoas na academia não sabem ao certo o que faz uma transista. Mas, como observamos em campo, as transistas fazem mesmo assim, independentemente do que a academia afirma sobre sua epistemologia.

Se as transistas sabem quem são e o que fazem, por que é preciso responder quem são e o que fazem nos termos da academia? Ou melhor, por que a academia precisa dizer o que são e o que fazem as transistas?

Até aqui, ao analisarmos o desenvolvimento da interseccionalidade como teoria e metodologia acadêmico-científica e o transismo, questões interseccionais já se apresentam para reflexão. Olhar para essas questões em prol da pesquisa nos fez refletir sobre o que podemos e o que não podemos em cada um desses lugares, além da relação interseccional que se evidencia no trançado dessas identidades. Compreender e lidar com os limites entre teoria e prática é um fazer interseccional que, ao mesmo tempo, revela as intersecções existentes entre esses lugares. Assim, para que possamos analisar as questões que se apresentam no campo, visando o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa bem fundamentada e confiável, a seguir trançaremos as contribuições a respeito da interseccionalidade, dentro e fora da academia, por meio do feminismo negro das transistas.

O trabalho das trancistas no Brasil e a interseccionalidade como prática social

Como vimos anteriormente, os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela corrente feminista negra interseccional, partiram de reflexões e práticas sobre as relações de poder que as mulheres negras experienciam em suas vidas, bem como sobre o modo como essas mulheres se posicionam diante das opressões cotidianas. Para construirmos um percurso metodológico fidedigno ao campo, compreendemos, ao longo da pesquisa, que seria importante acompanhar e evidenciar como a interseccionalidade se manifesta na prática das trancistas. Uma Trança é feita na união de muitos fios soltos; a trancista escolhe e separa fio a fio, segura firmemente com as mãos, posicionando os dedos em forma de pinça, ao pressionar o dedo indicador ao polegar. Então começa a coreografia das mãos, dando forma ao desenho, dando vida à Trança, em um ritmo equânime em sua própria força, mantendo o trançado sem deixar escapar os fios.

As mulheres negras trancistas chamam de *pinça* o método utilizado com as mãos para pegar as mechas de cabelo durante o trançado. Nesse processo, as mãos são posicionadas com os dedos voltados para baixo, unindo firmemente o polegar e o dedo indicador, a fim de garantir que os fios não escapem enquanto a Trança está sendo feita. Através da técnica da pinça, a Trança é alimentada. A alimentação da Trança consiste na junção de novos fios que são incluídos durante o trançado para trazer firmeza, modelar o desenho e engrossar a Trança, por exemplo.

Assim, por meio do que foi trançado por diferentes mulheres negras trancistas no país, buscamos visibilizar para a academia como a interseccionalidade se faz presente em suas práticas, constituindo o que chamamos academicamente de prática social interseccional. Como exemplo dessa prática, o enfrentamento das mulheres negras às opressões sociais no Brasil pode ser observado por meio da história da intelectual negra trancista Idalice Moreira Bastos, a Dai.

No dia 6 de junho de 1950, nascia Dai, em Feira de Santana, Bahia. Idalice, que trabalhava como ajudante de salão de beleza, aprendeu a fazer Tranças em si mesma enquanto ainda residia na Bahia. Quando se mudou para o Rio de Janeiro, na década de

1970, fez das Tranças uma forma de subsistência diante da escassez em que vivia. Da auto-trança, passou a trançar o cabelo de outras mulheres negras e, com o passar do tempo, percebeu que esse fazer transformava a autoestima dela e das pessoas negras que atendia, além de oferecer uma fonte de renda para aquelas a quem ensinava a trançar (Isaias, 2022).

Em 1982, Dai abriu seu próprio salão de beleza, o Afrodai, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, em Copacabana. Depois de alguns anos, vendeu tudo o que havia conquistado fazendo Tranças de forma remunerada e, em 1993, comprou um casarão no bairro da Lapa, onde funciona seu Espaço Cultural até os dias de hoje, mesmo após seu falecimento, em 2012 (Isaias, 2022).

Em todos os endereços onde o Afrodai funcionou, Idalice desenvolveu diferentes estratégias antirracistas e promoveu atividades em prol da equidade social para a população negra. Foi no Espaço Afrodai que encontros e ações do Movimento Negro Unificado aconteciam, sendo frequentado por pessoas importantes como Zezé Motta, Sandra de Sá, Lélia Gonzalez, Leci Brandão, Antônio Pitanga, Benedita da Silva, Léa Garcia, Djavan, entre outros intelectuais e artistas (Isaias, 2022).

A fim de observarmos a presença da prática social interseccional por um novo ângulo, pinçamos outro exemplo que demonstra a intelectualidade de mulheres negras trancistas alinhadas ao pensamento feminista negro interseccional no Brasil, a partir da narrativa da intelectual negra trancista, Ialodê-Areias³, idealizadora do Espaço Coisa D' Negro e da Escola de Trancistas, uma das colaboradoras participantes da pesquisa da trancista e doutora em Ciências Sociais Luane Bento Santos (2022).

³ Ialodê foi o nome fictício determinado por Santos (2022) em seu trabalho, para se referir a primeira autora como colaboradora entrevistada de sua pesquisa, cujo título leva uma citação direta de sua fala, "*Trancista não é cabeleireira!*": *Identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro* (2022). Durante a defesa de sua tese, Santos (2022) afirmou que optou por esse nome fictício para dar ênfase ao lugar central da mulher negra iorubana na sua relação com as Tranças, além de ser uma forma encontrada por ela de autodefinir seu lugar de fala enquanto candomblecista e pesquisadora. Como forma de honrar o legado de Santos, escolhemos manter a nomenclatura atribuída a Ana Carolina Areias como participante de sua pesquisa, e por isso ao narrar diferentes cenas protagonizadas pela pesquisadora-trancista, usaremos tal pseudônimo acompanhado de seu sobrenome materno: Areias.

Em entrevista a Santos, L., em 2020, Ialodê-Areias relata algumas das estratégias de enfrentamento ao racismo cotidiano (Kilomba, 2018) adotadas por ela em sua experiência e pelas demais transcistas que trabalhavam no Coisa D' Negro:

Teve um momento em que a gente também usava muito o colorido, o tribal, uma coisa mais que remetia à África nesse sentido de decoração e eu acho que isso ali para a comunidade foi muito bom. Nesse sentido de enfrentamento do racismo, porque tinha muitos estereótipos relacionados a uma coisa negativa sobre a cultura, a questão das tranças, sobre as vestimentas e tudo. E eu lembro que no início era muita risadinha, piada à medida que a gente foi se colocando e assumindo isso como nosso. Eu acho que foi diminuindo e a gente foi se apropriando do espaço, do território como um território nosso. Ai, nesse ponto, ao mesmo tempo que eu acho que foi positivo, também acho que foi um pouco exaustivo porque era uma coisa que a gente tinha que estar sempre brigando, sabe? Sempre tinha esse lance da piada, sempre esse lance do olhar, da gracinha, do racismo cordial e a gente sempre tinha que estar naquela posição de ataque: não é isso mesmo e se você falar, se você for racista, você vai escutar uma resposta à altura. Então, foi meio que de briga no início. Depois, eu acho que as pessoas começaram a entender que ali era o meu território, dizendo ali em volta, né? (Entrevista realizada com Ialodê no dia 23 de abril de 2020). (Santos L., 2022, p. 115)

Uma prática interseccional ocorre quando identificamos as relações de poder estabelecidas e buscamos maneiras de questionar e equilibrar essas relações por meio de diferentes ações, como podemos observar no trabalho da transcista Dai e no relato de Ialodê-Areias.

Atualmente, a história e o legado do trabalho da transcista Dai, contemporânea da intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez, vêm recebendo maior notoriedade por meio do movimento de transcistas, em diálogo com a afirmação – “*Transcista não é cabeleireira*” – feita por Ialodê-Areias à tese de doutorado da também transcista Santos, L. (2022). O movimento de profissionalização das transcistas tem se fortalecido e recebido maior atenção política, partidária e midiática por meio da reorganização e autodefinição intragrupo. Ao ser perguntada por Santos, L. sobre o que é ser transcista, Ialodê-Areias afirma que transcista não é o mesmo que ser cabeleireira, e explica:

Eu tenho várias questões sobre o que eu penso a respeito de ser transcista, sabe? Eu acho que difere. Primeiro, que eu acredito que seja um (pausa) a gente tem uma característica própria que difere de um cabeleireiro porque o cabeleireiro não tem essa responsabilidade social que eu

acredito que a transista tenha com o povo negro em relação às feridas causadas pelo racismo sobre a nossa estética [...] (Entrevista realizada com Ialodê em 23 de abril de 2020). (Santos L, 2022, p. 187)

Assim, por meio do feminismo negro interseccional observado na *Árvore do Trancismo*, em 26 de agosto de 2022, a partir da Lei nº 9.831, foi instituído no calendário de comemorações da cidade do Rio de Janeiro o Dia da Pessoa Transista, celebrado em 6 de junho — data de nascimento de Dai (Rio de Janeiro, 2022). Semeadas pela ancestralidade, as trançadeiras tornaram-se raiz. Enraizadas, brotaram trançadas transistas, que frutificam e alimentam o solo, nutrindo e fertilizando sua própria raiz. Elas se ramificam em diferentes direções e florescem. Ramos, galhos, brotos, frutos — assim se fortalece a Árvore do Trancismo.

Espaços como os de Dai e Ialodê-Areias exemplificam o ativismo de mulheres negras transistas como parte da epistemologia feminista negra e mostram como esses espaços são frutíferos em suas ações de combate ao racismo, bem como na germinação de ideias revolucionárias, como se observa no trabalho de Lélia Gonzalez, considerada uma das pioneiras nos estudos da interseccionalidade no Brasil. As afirmações de Gonzalez sobre a mulher negra brasileira ganharam grande notoriedade por meio do seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira (2020[1984])*, no qual a autora constrói conceitos interseccionais importantes ao abordar os estereótipos da doméstica, da mulata e da mãe preta no desenvolvimento de sua teoria sobre a neurose cultural brasileira. Ainda que a autora não tenha utilizado o termo interseccionalidade em seus escritos, diferentes intelectuais feministas negras, como Collins e Bilge (2021), reconhecem o pioneirismo do trabalho de Lélia para a concepção que se tem atualmente sobre a interseccionalidade.

Analisando o trabalho de Gonzalez, pinçamos um fio solto para unir ao desenho que pretendemos dar à Trança dessa pesquisa. Em 1986, ao publicar um folheto para a divulgação de sua campanha como deputada estadual pelo PDT/RJ, Gonzalez confirmou nossa hipótese sobre o trabalho interseccional das transistas, fazendo a seguinte afirmação:

Como a Noite da Beleza Negra se refere especialmente à valorização da mulher negra, eu não poderia deixar de lembrar aqui o trabalho de algumas companheiras que, *individual e sacrificadamente, nos anos 1970 (isto é, da ditadura), iam de casa em casa fazer não só o cabelo*

como a cabeça de muitas mulheres negras (a grande maioria delas mais preocupada com a moda afro do que com a opressão e exploração da comunidade). *Seu trabalho de militância anônima* não pode ser minimizado num momento como este, porque, *à sua maneira, anteciparam o trabalho de muitas entidades do movimento negro*. A elas também – Dai, Simone, Eliane, Vera de Ogum e muitas outras – cabem o nosso respeito e nossa homenagem pelo muito que fizeram, e ainda fazem, para colocar a cultura negra no mesmo nível que as outras. (González, 2020, p. 243, grifos nossos)

A história de Idalice, o relato de Lélia Gonzalez e a experiência de Ialodê-Areias aproximam-se do que autoras como Collins e Bilge (2021) têm refletido sobre o que é uma prática interseccional. Por meio da metodologia da Trança, ao pinçar o nome Dai, foi possível compreender que, em 1986, Lélia Gonzalez já reconhecia o fazer das trancistas como um trabalho que, como ela mesma afirma, não apenas fazia o cabelo, mas também a cabeça de muitas mulheres negras, mesmo diante da opressão que viviam. Em suas palavras, Lélia ressalta que, anonimamente, Dai — a trancista Idalice Bastos mencionada anteriormente — e outras mulheres negras anteciparam, à sua maneira, o trabalho de muitas entidades do movimento negro por meio de sua militância. E o que isso nos revela sobre o trabalho das trancistas e sua prática social interseccional?

Percebendo a dinâmica de poder entre os lugares que ocupamos, a práxis e as formalidades de uma pesquisa, entendemos que o feminismo negro interseccional, como uma metodologia e teoria social em construção, contribui significativamente para a construção de um caminho que nos permite falar publicamente sobre as experiências das trancistas, com e para diferentes campos do(s) saber(es), a respeito dos efeitos psicossociais do racismo, já que em termos acadêmicos, o feminismo negro interseccional é uma das vertentes teóricas em que a prática da trancista pode ser evidenciada.

Dessa forma, lançar mão da interseccionalidade como metodologia de pesquisa é uma forma de reivindicar o reconhecimento epistemológico do que as mulheres negras têm construído intelectualmente na prática social, por meio do que têm desenvolvido como teoria na academia – e, para a primeira autora deste trabalho, também é uma autodefinição (Collins, 2020). Nesse sentido, este artigo se organiza como uma ratificação

do risco que Lélia Gonzalez assumiu com o ato de falar por si mesma, em vez de ser falada em terceira pessoa: “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2020, p. 78).

Cabe enfatizar que o ato de falar em primeira pessoa tem sido sistematicamente negado às mulheres negras trans, por meio das imagens de controle (Collins, 2020; Bueno, 2021), do silenciamento sistemático promovido pela supremacia branca (hooks, 2019), e que, até 2025, o termo *trans*, não existia na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (Brasil, 2010). Como intelectuais que são, as trans sentem, pensam e agem sobre o que experienciam em suas práticas. Como afirmam Collins e Bilge (2021, p. 52), a práxis crítica da interseccionalidade pode ocorrer em qualquer lugar, dentro e fora do mundo acadêmico. Reconhecer o trabalho intelectual das mulheres negras trans como prática interseccional é um passo importante nesta pesquisa, uma vez que tais mulheres negras não têm sido nomeadas nesse lugar de validação, ou seja, como intelectuais que existem e produzem conhecimento válido e transforma realidades.

Dessa forma, uma prática interseccional visa solucionar problemas, mesmo que não se tenha plena consciência de que suas ações também podem ser chamadas de práxis interseccional, como é o caso das trans.

Collins e Bilge (2021, p. 66) explicam que:

[...] A solução de problemas está no cerne da práxis da interseccionalidade, e os tipos de problemas sociais gerados pelos sistemas interseccionais de poder prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis [...] (Collins, Bilge, 2021, p. 66)

Em entrevista dada no programa *Radial Filó*, de Dom Filó, na extinta TV Rio, em 1988, Idalice Moreira Bastos fala sobre as dificuldades que a população negra enfrenta diante do racismo e da ausência de ações e produtos que atendam às necessidades das pessoas negras. Para essa entrevista, Dai levou três mulheres negras que trabalhavam com ela no Afrodai para desfilarem com as roupas da grife que ela estava lançando, com os cabelos trançados por ela, e, ao final da entrevista, Dai afirma:

Eu vou fazer esse desfile na rua. Eu vou fechar próximo a minha casa, ao meu salão, até uma outra esquina, e fazer uma festa na rua [...] porque é muito difícil, a gente não tem espaço pra mostrar nada né. Nós vamos fazer em nossa rua, em nossa casa mesmo, já que nós pagamos impostos e temos direitos, então vamos fazer na rua. Nós não temos nem mesmo um canal de televisão. Eu estou muito grata, por essa oportunidade, por

vir aqui mostrar essa beleza! Porque nós ficamos reprimidos, nós não mostramos o que nós temos. Eu acho isso um absurdo! (Feirense, 2019)

A fala de Dai, nessa entrevista, nos leva a refletir sobre as diferentes trancistas que têm acessado o ambiente acadêmico e desenvolvido pesquisas a partir de cenas vivenciadas em suas práticas, ou mesmo na relação com outras trançadeiras e trancistas – a ramificação da Árvore do Trancismo na academia. Assim como Dai, que, em seu tempo histórico, entrou no ambiente midiático e obteve autorização discursiva da mídia, acessar o espaço acadêmico para tratar de temas frequentemente vistos como irrelevantes para as ciências humanas, mas que são fundamentais para a sobrevivência de populações marginalizadas, muitas vezes exige coragem para transgredir epistemologias hegemônicas que impõem limites e fronteiras rígidas em diversos campos do conhecimento.

Contudo, é nessa complexa relação entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais que se revelam os vazios e silêncios sobre as populações negra, indígena, LGBTQIAPN+ e outras. Compreender que algumas perspectivas teóricas precisam ser destrançadas, seus limites questionados e seus pontos de convergência retrançados é um movimento de autoafirmação da ramificação da Árvore do Trancismo dentro da academia. Trata-se de consolidar novos paradigmas que busquem desdobramentos firmemente entrelaçados com a justiça social e a transformação institucional.

Trançados possíveis: o feminismo negro interseccional como prática social e metodologia científica

Como foi possível observar, trançar uma rota metodológica, um mapa – como as Tranças feitas nas pessoas negras escravizadas como rotas de fuga para o Quilombo⁴ – como um chão metodológico para dar passos nessa pesquisa, tem sido fundamental. No

⁴ Essa informação é compartilhada de forma consensual entre trançadeiras e trancistas brasileiras, tal que não foi registrada por meio de trabalho escritos. Contudo, respeitando os ditames acadêmicos, é possível encontrar menções a respeito das Tranças feitas como mapas de fuga para Quilombos em pesquisas como a de Santos (2022). Vale ressaltar que nessa pesquisa a experiência vivida, incluindo a narrativa que compõe a epistemologia feminista negra, é um conhecimento válido em si mesmo (Collins, 2022).

que diz respeito à metodologia, a interseccionalidade não é estática; ela se move constantemente, e compreender isso em campo pode ser confuso e desafiador. Isso ocorre porque, ao longo da formação acadêmica, fomos condicionadas a desenvolver pesquisas com base em teorias e metodologias conservadoras, inflexíveis, por vezes fundamentalistas, *fios-teóricos lineares* que promovem um distanciamento do campo de pesquisa e do lugar social da pessoa pesquisadora. Para contracolonizar (Santos, A., 2023) essa postura e aderir à Trança como metodologia, buscamos nos aprofundar em leituras para compreender os conceitos que sustentam o método interseccional na academia.

Em primeiro lugar, foi importante compreender as noções de poder epistêmico e como ele impacta a produção acadêmica, ainda que essa produção se proponha a ser interseccional. Ou seja, autodeclarar-se interseccional não garante o cumprimento dos princípios que sustentam a interseccionalidade. De acordo com Collins (2022, p. 183), “o poder epistêmico gera estruturas sempre presentes que identificam, para projetos teóricos e metodológicos, quais temas são dignos de investigação, bem como as melhores estratégias para investigar o que vale a pena saber”. Sendo assim, compreender como o poder epistêmico se manifesta no exercício da pesquisa é um dos primeiros passos a serem considerados quando se pretende desenvolver uma metodologia interseccional.

Temos percebido que, para alcançar os objetivos da pesquisa, a interseccionalidade tem nos ajudado a ficar atentas à maneira como o campo de saber da Psicologia pode reforçar estereótipos negativos sobre as transgêneras e a população negra de maneira geral – como, por exemplo, o equívoco da frequente patologização na interpretação de algumas estratégias de sobrevivência e autoproteção que pessoas negras desenvolvem como resposta psicossocial ao racismo, em vez de denunciar a existência do racismo e construir alternativas de enfrentamento. A interseccionalidade tem nos auxiliado a refletir sobre as possíveis reproduções de lógicas branco-supremacistas no campo da pesquisa e a questionar as hierarquizações entre a psicologia e o transgênero, à medida que nos mantemos vigilantes às manifestações sutis do poder epistêmico, que podem comprometer as reflexões trazidas pela epistemologia feminista negra das transgêneras – como ocorreu, por exemplo, durante a imersão no fazer das transgêneras, promovida na Oficina Psicologia das Transgêneras (Siqueira; Mattos, 2024b).

A quem essa pesquisa interessa e por quê? São perguntas que nos fazemos constantemente, a cada fio pinçado, a cada decisão tomada, por entendermos os deslocamentos provocados quando se propõe desenvolver uma pesquisa científica. Assim, quando precisamos nos posicionar a respeito das escolhas para esta pesquisa, em muitos momentos precisamos nos perguntar: como transgênero, o que eu faria nesta situação? Essas perguntas nos ajudam a refletir sobre o quanto a academia pode capturar os nossos discursos dentro de suas lógicas brancocêntricas, e o impacto que as nossas palavras, como psicólogas e pesquisadoras – localizações consideradas hegemônicas – podem ter no trabalho das transgêneras.

Outra preocupação que logo se tornou evidente, relacionada ao poder epistêmico, foi o modo como referenciaríamos as produções intelectuais das transgêneras. Se acreditamos que o conhecimento produzido no campo do transgênero é válido, não deveriam existir hierarquias entre intelectuais acadêmicos e não acadêmicos nas citações. Esse é um grande desafio, pois questiona os rígidos padrões acadêmicos acerca dos saberes tradicionais e, conseqüentemente, o próprio poder epistêmico. Em uma *Transgênero pesquisa* interseccional, essas hierarquizações dos saberes precisam ser explicitamente apontadas e reconhecidas. Nesse sentido, Collins (2022, p. 187) pontua:

Produzir teorização crítica nesses ambientes [acadêmicos] é difícil, sobretudo se esse trabalho critica o próprio poder epistêmico. No entanto, a análise crítica deve levar a sério o poder epistêmico. Como Frantz Fanon poderia teorizar a libertação sem considerar os pressupostos epistêmicos da teoria social francófona? Criticar tal teoria era parte do desafio da libertação; presumir que a teoria social convencional era justa e imparcial comprometeria de forma irremediável as dimensões críticas dos argumentos de Fanon [...] (Collins, 2022, p. 187)

A titulação acadêmica impacta diretamente a produção de conhecimento, especialmente em pesquisas empíricas. Compreendemos que os títulos conferem autorização e vantagem de fala, muitas vezes em detrimento de grupos socialmente oprimidos. Nesse contexto, é importante ressaltar que, mesmo quando uma transgênero ocupa o espaço acadêmico, seu posicionamento, argumentos e defesas devem considerar as intersecções presentes dentro do próprio grupo – ou seja, as ramificações entre

trançadeiras e trancistas – e como essas colocações podem reverberar tanto dentro quanto fora desse espaço.

Acerca de tais reverberações, é possível mencionar alguns encontros e reuniões de trancistas em prol da inclusão da categoria profissional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), realizados entre 2022 e 2024, nos quais observamos o quanto as trancistas acadêmicas são frequentemente convocadas por políticos partidários (especialmente da esquerda) e instituições para apresentar suas produções. No entanto, trancistas não acadêmicas seguem silenciadas, uma vez que suas tentativas de fala recebem pouca atenção e reconhecimento. Isso revela as intersecções que se formam entre as próprias trancistas a partir de suas ramificações internas, evidenciando que há múltiplas formas de desenvolver a Árvore do Trancismo – sendo a academia apenas uma delas. Este exemplo aponta para a relevância de uma análise profunda sobre a complexidade da concepção de interseccionalidade dentro e fora do ambiente acadêmico, bem como para a confirmação de que fazer pesquisa empírica qualitativa a partir da interseccionalidade exige coragem para romper com estruturas instituídas, tanto dentro quanto fora dos grupos.

Nesse sentido, em um desses encontros, uma das estratégias utilizadas pela primeira autora para tornar o debate sobre a profissionalização das trancistas mais equânime dentro do próprio grupo, foi recorrer à autorização discursiva que seu título acadêmico lhe conferia para solicitar a contribuição das demais trancistas, convidando especialmente as trancistas não acadêmicas a apresentarem os projetos e ações que desenvolvem em seus espaços de trabalho. Essa ação pode ser compreendida como uma estratégia de ruptura com os pactos silenciosos que se estabelecem ao longo do percurso de uma pesquisa. Em outras palavras, trata-se também de ter coragem para suprimir concessões e enfrentar o poder epistêmico. Nessa concepção, entendemos que a interseccionalidade, enquanto método, é sempre interventiva (Collins, 2022).

Por outro lado, também foi possível observar que algumas trancistas apresentam grande dificuldade de se posicionar a respeito de seu fazer e de suas ideias, especialmente na relação com outras trancistas acadêmicas, por acreditarem que estas “sabem mais” sobre o que dizem e sobre as necessidades do grupo, por ocuparem um lugar de saber

hegemonico. Observamos, por meio de publicações em redes sociais, como diferentes transistas utilizam citações de livros e artigos acadêmicos para falar sobre as Transas e sobre o trabalho das transistas. Acreditamos que essa ação tem por objetivo alcançar uma audiência acerca daquilo que sabem e fazem em sua prática. A respeito disso damos o status de alerta, para os muitos perigos que as interpretações acadêmicas podem impor a grupos oprimidos, uma vez que há o risco de reafirmação de estigmas, como por exemplo, a ideia de que é a academia que leva o saber às pessoas, e que as transistas precisariam aprender sobre o que fazem com a chancela da academia.

Collins e Bilge (2021) explicam que, como metodologia e investigação crítica na academia, a interseccionalidade precisa estar ancorada em duas principais características: em primeiro lugar, deve se propor a compreender a vida e o conhecimento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; em segundo lugar, precisa funcionar como uma ferramenta de empoderamento de indivíduos e comunidades. Para isso, a interseccionalidade exige uma sensibilidade analítica fundamental, cujo significado emerge durante o uso. Ao que nos parece, é justamente nesse ponto que alguns conflitos e confusões têm potencial para surgir, uma vez que, durante o próprio percurso da pesquisa interseccional – ou seja, no campo – as decisões exigem de nós essa sensibilidade analítica, um pensamento interseccional (Collins, 2022).

Com o intuito de desfazer o nó da Transa, Collins (2022) explica que pessoas que utilizam a interseccionalidade como ferramenta metodológica costumam recorrer a três formas distintas de abordá-la para responder às questões que emergem no campo de investigação. São elas: o pensamento metafórico, o heurístico e o paradigmático.

Para exemplificar possíveis formas de conduzir uma pesquisa interseccional, Collins (2022) utiliza o próprio termo *interseccionalidade* como exemplo, explicando que foi originalmente concebido como uma metáfora por Kimberlé Crenshaw para nomear a convergência de opressões observadas em sua investigação. À época, ainda não havia uma linguagem que permitisse aprofundar adequadamente as questões sexistas e patriarcais que emergiam naquele contexto. De modo semelhante, o termo *fronteira*, utilizado pela escritora e intelectual feminista chicana Glória Anzaldúa, também é uma metáfora empregada para explicitar um lugar simbólico que expressa relações

hierárquicas de poder, ao mesmo tempo em que reflete as experiências de transitar por espaços marginais. Nesse sentido, as metáforas, enquanto artifícios literários, têm sido utilizadas como expressão de uma sensibilidade analítica interseccional.

Como exemplo disso, ao longo desta escrita, reconhecer o lugar da transcrista-psicóloga-pesquisadora foi um exercício que contribuiu para refletir sobre a metáfora como sensibilidade analítica na interseccionalidade. Reconhecer as demandas dessa *Trança-identidade* e refletir sobre cada uma dessas posições tem se mostrado uma estratégia discursiva metafórica que, ao longo da escrita, tem auxiliado a identificar algumas intersecções na relação entre esses lugares – inclusive no diálogo com pares acadêmicos. Da mesma forma, o uso do termo *Árvore do Trancismo* como modo de explicitar o universo das Tranças em que as transcristas estão inseridas, assim como a ideia de *efeitos psicossociais do racismo*, revela sentidos que, em muitos momentos, se aproximam – e, em outros, se distanciam – do que temos lido em autores que tratam do tema no campo da Psicologia e do que temos observado em campo durante a pesquisa.

A segunda forma de possibilitar uma sensibilidade analítica para dar contornos à metodologia interseccional, de acordo com Collins (2022), é o pensamento heurístico. Para Collins, o pensamento heurístico permite que as pessoas abordem questões do campo a partir de estratégias de ação sobre como avançar na resolução de problemas sociais, “as heurísticas informam as questões para um determinado estudo, para um plano de ação político e para a resolução de problemas da vida cotidiana” (Collins, 2022, p. 55).

Por fim, Collins (2022) explica que os paradigmas implicam modelos de explicação provisórios, que possibilitam mudanças no campo não apenas em termos de ideias, mas também de práticas que favoreçam a resolução de problemas. No que se refere à concepção paradigmática, esta pesquisa compreende as transcristas como intelectuais que compõem a epistemologia feminista negra interseccional. Nesse sentido, seus saberes, fazeres e conhecimentos podem – e devem – ser reconhecidos como válidos. Como destacamos ao longo do texto, compreender o trabalho das transcristas a partir do paradigma vigente tem produzido invisibilidade, silenciamento, desvalorização e negação de direitos.

Portanto, de acordo com Collins:

[...] Metáforas, heurísticas, e paradigmas juntos constituem diferentes aspectos da arquitetura cognitiva da interseccionalidade que fazem parte do Kit de ferramentas da teorização interseccional nas ciências sociais e nas ciências humanas. A metáfora fornece um conceito, uma ideia que marca a visibilidade do campo. As heurísticas fornecem estratégias orientadoras para fazer coisas, premissas ou hipóteses de trabalho com base na ação social ou com vista a elas, ou as duas coisas. Os paradigmas fornecem estruturas para analisar e, muitas vezes, explicar tanto o conhecimento que está sendo produzido quanto os processos utilizados para produzi-lo [...] (Collins, 2022, p. 78-79)

Diante do exposto, afirmamos que as intelectuais negras transistas formam uma rede ampla de mulheres negras que atuam com o transismo, produzindo estrategicamente múltiplas formas resistentes de viver a população negra e outros grupos subalternizados. Aprendemos com sua metodologia-interseccional-enraizada a infiltrar e desestabilizar estruturas institucionais que produzem silenciamentos, sem ocultar os muitos impasses, limitações e dificuldades encontradas em campo. Reconhecer o trabalho das transistas como parte da epistemologia feminista negra interseccional não é, de forma alguma, um modo de engessá-las nesse lugar como única forma de reconhecimento, uma vez que as respostas às opressões, por meio do transismo, são múltiplas – assim como as mulheres negras são plurais. A escolha teórica que fizemos para lidar com os desafios ético-políticos e metodológicos encontrados no campo não exclui a possível contribuição de outras abordagens teóricas que possam complementar essa discussão. Na verdade, é um convite.

Assim, ao unir os fios da prática à construção acadêmica acerca da epistemologia feminista negra interseccional nesta pesquisa, buscamos dar continuidade ao projeto de justiça social e transformação institucional que diferentes mulheres negras vêm trançando há muito tempo, dentro e fora da academia, e que devem ser reivindicados, admitidos e respeitados.

Considerações finais

Como foi possível observar ao longo deste artigo, nosso principal objetivo foi explicitar o modo como temos construído o caminho metodológico da pesquisa, por meio

do reconhecimento da prática social interseccional brasileira. Para isso, partindo do trabalho das trancistas, evidenciamos o quanto o fazer interseccional é dinâmico e interventivo. Seja como teoria, método ou prática social, a interseccionalidade está sempre orientada a oferecer uma lente para examinar as relações de poder e propor a desconstrução de estruturas opressoras.

Nesse sentido, entrelaçado à epistemologia feminista negra interseccional, o trabalho das trancistas é validado como uma forma legítima de conhecimento – o mesmo sobre o qual a própria teorização acadêmica se constrói e se sustenta. Ao questionarmos as hierarquias e o modo como o poder epistêmico se organiza, buscamos, neste trabalho, denunciar como as estratégias adotadas pela academia não são neutras e podem marginalizar e deslegitimar certos saberes. Nossa convocação consiste em reconhecer a multiplicidade e a pluralidade epistêmica como caminhos para uma transformação e justiça social efetiva.

A abertura que se faz nesta escrita também deixa fios para serem trançados por outras pessoas pesquisadoras que, assim como nós, carregam uma inquietação por igualdade e equidade na sociedade em que vivemos. Reconhecemos, assim, que esta pesquisa traz consigo limitações que merecem ser explicitadas.

Em primeiro lugar, quando compreendemos que a Árvore do Trancismo se ramifica em diferentes direções e que o trancismo na academia se evidencia através da interseccionalidade, intencionalmente buscamos intervir na tensão que se impõe entre validação acadêmica e valorização dos saberes tradicionais resistentes, cientes de que as relações de poder estruturalmente estabelecidas socialmente nomeiam e legitimam discursos através da academia, servindo ao propósito de manter o *status quo* da supremacia branca (hooks, 2019) que estrutura a própria academia. Sendo assim, consideramos um fio o fato de que ainda corremos o risco de reproduzir o mesmo poder epistêmico que se pretende criticar, pois se não há uma mudança paradigmática que possa compreender a intelectualidade das trancistas em si mesmas, a hierarquização se mantém intacta, revelando a engrenagem sobre a qual ainda dependemos da linguagem acadêmica e da validação institucional para reconhecer e nomear tais saberes, e garantir seus direitos. Ou seja, mesmo ao propor uma epistemologia insurgente, é preciso admitir que o texto

ainda opera dentro das fronteiras da academia, e por isso, está sujeito aos pactos que ela estabelece.

Como segundo fio, a compreensão das diferentes ramificações da Árvore do Trancismo no Brasil e a heterogeneidade da experiência das trancistas. Ao pinçar neste trabalho o recorte da história da trancista Dai em sua relação com Lélia Gonzalez, o relato da trancista Ialodê-Areias para a pesquisa da trancista Santos, L. (2022), não buscamos essencializar as trancistas. Com isso, consideramos fundamental o desenvolvimento de trabalhos que possam reconhecer tal pluralidade e as inúmeras narrativas que dê foco a outras formas de existência ou atuação, que, no escopo desse trabalho, não foram possíveis abarcar, dado a profundidade que cada uma ramificação (ou enraizamento) pode revelar. Vale ressaltar que no cômputo geral, independentemente de tais ramificações, trançadeiras e trancistas compõem a Árvore do Trancismo e a epistemologia feminista negra interseccional.

Para finalizar, este trabalho nasceu da experiência, da escuta e da coragem de falar desde as margens. Contudo, como todo processo de pesquisa, ele também encontrou seus nós. Um dos maiores desafios foi escrever dentro da academia sem permitir que ela capturasse o que trançamos, para não permanecermos na sombra enigmática lançada sobre o projeto humano – a colonialidade e o racismo. Nomear essas limitações é uma ética de cuidado da trancista com quem vem depois de nós, pois toda produção de conhecimento é situada, inacabada e sempre em processo de revisão. Acreditamos que apontando caminhos para reflexões contínuas, abrimos espaço para reposicionamentos éticos e epistemológicos necessários no porvir, e para o compromisso de uma escuta atenta às reverberações dessa escrita junto às trancistas com quem trançamos este trabalho.

Reconhecemos, assim, que ainda há fios soltos – trancistas anônimas e invisibilizadas, epistemologias sufocadas, metáforas que ainda precisam ganhar corpo. Mas é justamente no reconhecimento desses desafios que seguimos trançando, não para ocultar as dificuldades, mas para assumi-las como parte da Trança.

Referências

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458–463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034> Acesso em: 29 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): CBO 5161-65 - Trancista. Brasília, DF, Brasil. 2010. Disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf> Acesso em: 16 Jun 2025.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p.117–132, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520> Acesso em: 18 de novembro de 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo, São Paulo, 2019. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1, n. 8, p. 139–168, 1989. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E; MATTOS, A. **Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas**. In: Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos: vol. II / SIQUEIRA, I.R. de ... [et al.] (Org). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

FEIRENSE, Feira de Santana aprofundada. Dai Bastos, a feirense precursora da estética negra no Brasil. [Site de notícias] 21 jan. 2019. Disponível em: <https://feirenses.com.br/dai-bastos/> Acesso em: 23 Mar. 2023.

GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. Interseccionalidade ou consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Norus**, v.10, n.18, p.104-131, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/23842> Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva. Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

ISAIAS, Gabriela. A grande dama da beleza negra: quem foi Idalice Bastos, a estrela deixada pelo tempo. **MUNDO NEGRO [online]**. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2022. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/a-grande-dama-da-beleza-negra-quem-foi-idalice-bastos-a-estrela-deixada-pelo-tempo/> Acesso em: 06 de agosto de 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo no cotidiano**. Tradução: Jess oliveira, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 9.831, de 26 de agosto de 2022. Inclui no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro o Dia Estadual da Pessoa Trancista. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9831-2022-rio-de-janeiro-altera-a-lei-n-5645-de-06-de-janeiro-de-2010-para-incluir-no-calendario-oficial-do-estado-do-rio-de-janeiro-o-dia-estadual-da-pessoa-trancista> Acesso em: 18 de Janeiro de 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Luane Bento dos; VIVEIROS DE CASTRO, Felipe Sussekind; GIACOMINI, Sonia Maria. **“Trancista não é cabeleireira!”**: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. 339 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Ana Carolina Areias Nicolau; MATTOS, Amana Rocha. O impacto social do trabalho das trancistas brasileiras e o ativismo feminista negro interseccional. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 23–39, 2024a. DOI: 10.22398/2525-2828.092723-39. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/540>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SIQUEIRA, Ana Carolina Areias Nicolau; MATTOS, Amana Rocha. Oficina psicologia das tranças: contracolonizando as instituições. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras - UNEB, v. 14, n. 2, p. 9–30, 2024b. DOI: 10.30620/pdi.v14n2.p9. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/pontosdeint/article/view/v14n2p9>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SHARPE, Christina. **No vestígio: negritude e existência**. São Paulo: Ubu, 2023.

Being a braider as an intersectional social practice and intersectionality as a research method in psychology: a possible braided

Abstract: This research aims to present the methodological path constructed in a doctoral process, with intersectional black feminism as a guiding theoretical contribution. This writing emerges as an attempt to engender and confront the limits and pitfalls of qualitative research in social psychology. In this article, we seek to reflect on the construction of intersectionality as a social practice, theory and method in Brazil, taking as the object of analysis some historical records that evidence the work of black women braiders in the country, in dialogue with the theories of Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins and other intellectuals in the academic field. The braiding made in this text proposes the construction of an alignment between theory and critical social practice regarding Brazilian black feminist epistemology. As a result of this research, we found, in the threads of intersectionality, points of convergence between academic theorizations and the work of black women braiders, as well as the understanding of epistemic power, analytical sensitivity and the use of metaphor, heuristics and paradigmatic conception as methodological strategies for intersectional research.

Keywords: Braids; Transit; Black Feminism; Intersectionality; Social Psychology

Recebido: 31/05/2025

Aceito: 30/06/2026